

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 17 de março de 2022 às 08h00*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Pirataria

**PrimeWire, site de pirataria, dribla ordem judicial obtida por Netflix e Disney+ . . . . . 3**

## G1 - Globo | BR

Pirataria

**Receita Federal e ABTA vão destruir 111 mil aparelhos piratas de TV em Resende . . . . . 5**

## Radar Online - Veja.com | BR

17 de março de 2022 | Patentes

**Congresso analisa veto sobre quebra de patentes a vacinas e novos remédios . . . . . 7**

SAÚDE | LAÍSA DALL'AGNOL

## IstoÉ Online | BR

Patentes

**OMC celebra primeiro compromisso sobre patentes de vacinas anticovid . . . . . 8**

TECNOLOGIA & MEIO AMBIENTE

## Jornal do Senado | DF

Patentes

**Paim pede derrubada de veto à quebra de patentes de vacinas contra a covid-19 . . . . . 10**

## Jota Info | DF

Marco regulatório | INPI

**Queda na industrialização alerta para necessidade de atualizar sistema de patentes . . . . . 11**

JULIANNA GRANJEIRA

## PrimeWire, site de pirataria, dribla ordem judicial obtida por Netflix e Disney+

Alvo de ações na justiça, site de streaming pirata PrimeWire vem driblando liminar obtida pela Netflix, Dinsey+ e outras gigantes, buscando evitar uma punição permanente

Extremamente popular nos Estados Unidos, a plataforma de filmes e séries piratas **PrimeWire** foi processada por gigantes do mundo do streaming, como Netflix e Disney+. No entanto, os administradores do site estão driblando as ações judiciais. O domínio original já foi migrado para outro e links para conteúdo protegido por **direitos** autorais foram removidos em uma tentativa de evitar indenizações milionárias e o desligamento da plataforma.

Foto: Paulo Higa/Tecnoblog / Tecnoblog

Para quem não conhece, a **PrimeWire** é um site muito popular no exterior que oferece streaming para todo tipo de filme, série e programa de TV, tudo de forma gratuita. Claro, isso é **pirataria**, mas a plataforma se valia de brechas nas leis americanas para operar.

Todos os arquivos eram hospedados em outros lugares e linkados ao site, assim não havia efetivamente o download ou compartilhamento direto, o que é condenado pela justiça dos Estados Unidos como infração de **direitos** autorais.

Disney, Netflix e outras gigantes processam PrimeWire

Em dezembro de 2021, a **Paramount**, Universal, Warner, Columbia, Disney e Netflix -- representadas pela Motion Picture Association (MPA) -- processaram o site de streaming pirata, argumentando que a **PrimeWire** incentivava usuários a compartilhar links de conteúdo pirata, o que seria uma violação na lei de **direitos** autorais dos EUA.

Segundo as gigantes do streaming, **serviços** como

Disney+, HBO Max, Hulu, Netflix, Paramount+ e Peacock foram prejudicados pela existência da **PrimeWire**. Assim, as companhias exigiram no tribunal a reparação de milhões de dólares pela violação e finalmente receberam uma liminar.

A justiça americana ordenou que a plataforma pirata cessasse todas as atividades ilegais e também exigiu que os controladores dos domínios desativassem três sites da **PrimeWire**. Logo de cara, o primewire.ag foi suspenso, mas a plataforma continuou suas operações usando outro endereço. Além disso, todo conteúdo foi transferido para um novo servidor que, até o momento, não tomou nenhuma medida.

Foto: Reprodução/ PrimeWire / Tecnoblog

Diante dos esforços da **PrimeWire** em ignorar as decisões da liminar, as empresas pediram ao tribunal uma medida permanente contra as atividades da plataforma e que impediria o surgimento de novos domínios. Eles também pediram permissão para investigar empresas terceirizadas relacionadas à **PrimeWire** para formular uma reivindicação de indenização mais precisa.

No final das contas, os operadores da plataforma pirata não compareceram ao tribunal para se defenderem. Mesmo assim, eles certamente estão cientes de todo o problema. Em janeiro deste ano, o site já se preparava para as apreensões de domínio e chegou a tomar medidas para evitá-las. Tanto que, na semana passada, a **PrimeWire** foi "relançada" em um novo domínio (primewire.tf) e comunicou aos usuários que mudanças estão sendo feitas no site.

Foto: Reprodução/ PrimeWire / Tecnoblog

"Devido à ação legal recente, é possível que os domínios atuais sejam paralisados ou apreendidos. Para evitar que o novo domínio seja suspenso, algumas al-

Continuação: PrimeWire, site de pirataria, dribla ordem judicial obtida por Netflix e Disney+

terações serão feitas no site para cumprir liminares temporárias e possíveis ações futuras permanentes."

A **PrimeWire** não indicou claramente quais são as mudanças, mas qualquer um que buscar no site algum conteúdo descobrirá rapidamente que **todos** os links para filmes e programas de TV pirateados foram removidos.

PrimeWire estaria evitando punição permanente

A ação dos administradores do site é curiosa. Pessoas já estão lotando os comentários e perguntando pelos links. Assim, o site pode rapidamente morrer como uma plataforma de streaming pirata e se manter como um fórum de discussão e avaliação de filmes e séries. No entanto, ele perderia a maioria dos usuários.

Porém, pode ser que todas essas medidas sejam temporárias. Do jeito que está, **a PrimeWire** poderia interromper a concessão de uma medida permanente no tribunal. De qualquer maneira, as gigantes do streaming não vão parar. No último sábado, elas reforçaram em notificação à corte que não importa se ainda existe conteúdo pirateado no site para que a medida judicial seja tomada.

Em uma declaração, Jan van Voorn, chefe

**antipirataria** da MPA (Motion Picture Association), afirmou que o novo site primewire.tf é praticamente idêntico às plataformas antigas. Além disso, ele destacou que em 8 de março de 2022, o site ainda continha ao menos alguns conteúdos pirateados. No dia seguinte, todos os links apontados já haviam sido removidos.

Por fim, o que permanece na **PrimeWire** são botões de "Assistir Agora" e "Download" que redirecionam o usuário para outra plataforma não vinculada e bem suspeita. Nela, é necessário assinar um serviço pago para ter acesso ao conteúdo. A MPA não forneceu evidências de que esse site terceiro também infringiria **direitos** autorais.

No entanto, a Associação reitera que isso indica a possível reincidência do compartilhamento de conteúdo pirateado, o que manteria o pedido de uma ação permanente contra a **PrimeWire**. Caso os domínios não sejam derrubados, a MPA quer que a justiça americana os entregue às empresas lesadas, ou ainda que sejam forçadamente desativados.

**Com** informações: TorrentFreak

Publicidade

## Receita Federal e ABTA vão destruir 111 mil aparelhos piratas de TV em Resende

1 de 5#13;Maior lote desde 2016 vai ser destruído em Resende - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

Maior lote desde 2016 vai ser destruído em Resende - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

A Receita Federal e a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) vão destruir 111 mil receptores piratas de televisão na manhã desta quarta-feira (16). Os aparelhos são usados para piratear sinais de TV fechada.

A carga, avaliada em R\$ 14 milhões, vai ser destruída na unidade da Receita de Porto Seco, em Resende (RJ), às 10h.

Os aparelhos foram apreendidos no Porto Seco após desembarcarem do Porto de Itaguaí (RJ). Segundo a Receita Federal, este será o maior lote de trituração destes equipamentos desde 2016, quando o órgão se juntou à ABTA para a inutilização e reciclagem do material.

Todo o lote apreendido foi enquadrado por dano ao erário, com pena de perda da mercadoria. Além disso, os aparelhos piratas também são enquadrados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine) por violação de **direito** autoral.

De acordo com a Receita Federal, desde 2016, já foram destruídos 610 mil aparelhos piratas de TV por

assinatura - cerca de 200 mil toneladas de resíduos reciclados.

Para que não voltem a ser utilizados, os aparelhos são descaracterizados e depois triturados em uma prensa hidráulica. O plástico é transformado em matéria-prima e a parte eletrônica é tratada para que o metal seja reaproveitado.

2 de 5#13;Receita Federal e ABTA vão destruir 111 mil aparelhos piratas de TV em Resende - Foto: Divulgação/ABTA

Receita Federal e ABTA vão destruir 111 mil aparelhos piratas de TV em Resende - Foto: Divulgação/ABTA

### Impacto da **pirataria**

De acordo com a ABTA, a estimativa baseada em dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é que o impacto financeiro da **pirataria** de TV por assinatura seja de R\$ 15,5 bilhões por ano.

Uma pesquisa encomendada pela associação em março de 2021 apontou que 33 milhões de brasileiros (27,2%) com mais de 16 anos são consumidores de TV por assinatura por um ou mais meios piratas.

3 de 5#13;Aparelhos serão reciclados - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

Continuação: Receita Federal e ABTA vão destruir 111 mil aparelhos piratas de TV em Resende

Aparelhos serão reciclados - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

Rossini/TV Rio Sul

4 de 5#13;Aparelhos serão descaracterizados e depois triturados em uma prensa hidráulica - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

[Clique aqui e siga o g1 no Instagram](#)

Aparelhos serão descaracterizados e depois triturados em uma prensa hidráulica - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

VÍDEOS: as notícias que foram ao ar na TV Rio Sul

5 de 5#13;Carga foi avaliada em R\$ 14 milhões - Foto: Giovani Rossini/TV Rio Sul

200 vídeos

Carga foi avaliada em R\$ 14 milhões - Foto: Giovani

# Congresso analisa veto sobre quebra de patentes a vacinas e novos remédios

SAÚDE

Projeto que disciplina licenças compulsórias a imunizantes e medicamentos durante pandemia foi barrado pelo presidente Jair Bolsonaro

O **Congresso** deverá votar em sessão conjunta na tarde desta quinta o veto do presidente **Jair** Bolsonaro que barrou a Lei das Licenças, aprovada no ano passado.

O projeto disciplina a **quebra** de patentes de imunizantes e de novos medicamentos contra a **Covid-19** durante a pandemia, garantindo que o Brasil possa tanto fabricar quanto comprar os insumos a preços menores.

A principal queixa de especialistas e profissionais da saúde é que a rede pública não dispõe desses novos remédios, deixando milhares de brasileiros sem a assistência necessária.

Na última terça, o **Conselho** Nacional de Saúde divulgou recomendação para que os parlamentares derubem o veto. No documento, o colegiado defende que a medida é uma política pública de garantia ao direito fundamental à saúde e cita que países como **Alemanha** e **Canadá** também atualizaram suas legislações para facilitar a emissão de licenças de forma compulsória para medicamentos contra a Covid.

Na quarta, mais de quarenta organizações que representam funcionários do SUS, além de apresentações de médicos e outros profissionais da saúde também divulgaram nota denunciando a necessidade da disponibilização dos novos medicamentos à rede de saúde.

"As prateleiras do SUS estão vazias desses medicamentos e há uma longa fila de países querendo comprá-los. Essa pandemia deixou evidente que depender de um único fornecedor para produtos essenciais é um tiro no pé para o sistema de saúde. No Brasil nós só precisamos tirar o veto à Lei 14.200 para salvar vidas", diz **Felipe** Carvalho, coordenador do Grupo de Trabalho sobre **Propriedade** Intelectual e de campanhas do Médicos Sem Fronteiras.

Positividade de testes para SARS-CoV-2 cai de 60% para 9,9% em 3 meses Covid-19: Média móvel de mortes está em queda há 20 dias  
1Política Pesquisas confirmam o que Lula previa e PT já reavalia estratégia  
2Política O presentão que a nova pesquisa traz para Bolsonaro  
3Política O novo tiro de Alexandre de Moraes contra Bolsonaro  
4Brasil Uma disputa bilionária entre um inventor e a maior empresa brasileira  
5Brasil Em SC, Lula perde feio para Bolsonaro em pesquisa

Por Laísa Dall'Agnol

## OMC celebra primeiro compromisso sobre patentes de vacinas anticovid

TECNOLOGIA & MEIO AMBIENTE

Os quatro principais fabricantes de vacinas contra a covid-19 chegaram a um compromisso sobre a revogação dos direitos de propriedade intelectual, comemorou nesta quarta-feira (16) a chefe da Organização Mundial do Comércio (OMC), que pediu um consenso de todos os países membros sobre a questão.

Ngozi Okonjo-Iweala destacou em comunicado os avanços decisivos realizados por União Europeia (UE), Estados Unidos, Índia e África do Sul em relação a uma revogação ao acordo sobre os aspectos de direitos de propriedade intelectual que dizem respeito ao comércio para a produção de vacinas contra a covid-19.

É um grande passo, disse a diretora da OMC, observando que alguns detalhes do compromisso ainda não foram finalizados.

Poucas horas antes, Adam Hodge, porta-voz da representante comercial dos Estados Unidos, havia anunciado um compromisso que abre caminho () para um resultado concreto e significativo, e esclareceu que as consultas sobre o texto seguem em andamento.

Nos Estados Unidos, a Câmara de Comércio já expressou sua rejeição à revogação dos direitos de propriedade intelectual das vacinas.

Este acordo técnico precisa agora ser confirmado em nível político, de acordo com pessoas próximas ao ministro delegado do Comércio Exterior da França, Franck Riester.

Segundo a mesma fonte, o compromisso que está sobre a mesa só se aplicaria aos países em desenvolvimento e àqueles que representam menos de 10% das exportações mundiais anuais de vacinas anticovid, excluindo a China.

O objetivo não é dismantelar o atual sistema de propriedade intelectual, mas sim facilitar a concessão de licenças compulsórias diante da pandemia de coronavírus, além de futuras crises sanitárias.

No âmbito dos acordos da OMC, há uma licença obrigatória que permite aos governos usar uma patente sem a autorização de seu titular e indeniza o grupo que a originou.

Consenso?

Okonjo-Iweala apoia o processo e disse que o compromisso negociado entre a UE, os EUA, a Índia e a África do Sul é um elemento essencial para qualquer acordo final.

A diretora da OMC solicitou que as negociações sobre o texto fossem estendidas a todos os países que integram a organização.

Na OMC, decidimos por consenso e ainda temos um caminho a percorrer para alcançá-lo, afirmou.

No entanto, a Suíça, que abriga grandes **laboratórios** farmacêuticos, manifestou em várias ocasiões sua relutância ao princípio da revogação dos direitos de propriedade intelectual.

Vários países em desenvolvimento, apoiados por



Continuação: OMC celebra primeiro compromisso sobre patentes de vacinas anticovid

ONGs e algumas entidades internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), consideram que o levantamento desses direitos é essencial para facilitar um maior compartilhamento de conhecimento e a rápida multiplicação de locais de produção de vacinas.

A Federação Internacional da Indústria Farmacêutica (IFPMA) se opõe a qualquer projeto de revogação dos direitos de propriedade intelectual e sustenta que há vacinas suficientes produzidas no mundo (atualmente 12 bilhões de doses por ano) e que antes de tudo é preciso acelerar a vacinação.

Os debates na OMC sobre propriedade intelectual e o acesso de países pobres a imunizantes foram lançados pela Índia e a África do Sul em 2020, primeiro ano da pandemia.

Como não houve avanços, esses dois países, aos quais se uniram os EUA e a UE, iniciaram em dezembro um seletivo grupo para negociar um compromisso.

## Paim pede derrubada de veto à quebra de patentes de vacinas contra a covid-19

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu, em pronunciamento nesta quarta-feira (16), que na sessão do Congresso Nacional desta quinta-feira (17) seja derrubado o veto (Nº 48) do Presidente da República à **quebra** de patentes de vacinas e medicamentos para combater a covid-19.

Paim lembrou que no Brasil já ocorreram mais de 656 mil mortes devido à pandemia e que, apesar da vacinação, o País deve ficar atento, pois novas variantes continuam surgindo. Para ele, a solução que garantirá que a maioria da população mundial seja vacinada é a **quebra** de patentes, como aliás é pedido por uma nota da Internacional de Serviços Públicos, assinada por 41 entidades.

- Teremos vacinas produzidas em grandes quantidades, com preços bem menores. Poderemos também ajudar países pobres que estão em dificuldades. Estaremos, efetivamente, democratizando a vacinação - disse.

O senador gaúcho citou exemplos de países que quase não vacinaram ainda. É o caso de Serra Leoa, na África, que vacinou apenas 12% da sua população e onde ninguém recebeu a segunda dose, o que torna evidente a necessidade de um maior apoio internacional.

Paim também pediu a derrubada de outro veto presidencial (Nº 33), que prejudica as pessoas que possuem lúpus ou epilepsia. Segundo ele, se o veto for derrubado, mais de cinco milhões de pessoas serão beneficiadas.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu, em pronunciamento nesta quarta-feira (16), que na sessão do Congresso Nacional desta quinta-feira (17) seja derrubado o veto (Nº 48) do Presidente da República à **quebra** de patentes de vacinas e medicamentos para combater a covid-19.

Paim lembrou que no Brasil já ocorreram mais de 656 mil mortes devido à pandemia e que, apesar da vacinação, o País deve ficar atento, pois novas variantes continuam surgindo. Para ele, a solução que garantirá que a maioria da população mundial seja vacinada é a **quebra** de patentes, como aliás é pedido por uma nota da Internacional de Serviços Públicos, assinada por 41 entidades.

- Teremos vacinas produzidas em grandes quantidades, com preços bem menores. Poderemos também ajudar países pobres que estão em dificuldades. Estaremos, efetivamente, democratizando a vacinação - disse.

O senador gaúcho citou exemplos de países que quase não vacinaram ainda. É o caso de Serra Leoa, na África, que vacinou apenas 12% da sua população e onde ninguém recebeu a segunda dose, o que torna evidente a necessidade de um maior apoio internacional.

Paim também pediu a derrubada de outro veto presidencial (Nº 33), que prejudica as pessoas que possuem lúpus ou epilepsia. Segundo ele, se o veto for derrubado, mais de cinco milhões de pessoas serão beneficiadas.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

## Queda na industrialização alerta para necessidade de atualizar sistema de patentes

Webinar do Licks Attorneys discutiu problemas e soluções para indústrias elétrica, eletrônica e de telecomunicações

Crédito: Unsplash

O desenvolvimento tecnológico da indústria e o desenvolvimento econômico de um país têm em comum a vinculação ao sistema de concessão de patentes para produtos, equipamentos e processos inovadores. E os números brasileiros desses setores não são animadores. O cenário foi debatido nesta segunda-feira (14/3) durante o webinar O Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Concessão de Patentes, promovido pelo escritório Licks Attorneys, um dos mais importantes do país na área de propriedade intelectual, e transmitido pelo JOTA por meio do YouTube.

É inaceitável que nossa indústria tenha encolhido, em média, 1,5% nos últimos dez anos e que tenhamos chegado a 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Ela já representou 40% do PIB. Precisamos falar mais sobre capacitação tecnológica, segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios, afirmou Regis Arslanian, embaixador e sócio do Licks Attorneys, na abertura do evento. Nesse cenário, tentar fazer que nossa indústria de bens de produção seja de maior valor agregado e atrair fabricantes de componentes para o Brasil. A patente é um fator de alavanca e precisamos dar mais atenção a esse tema.

O primeiro dos três painéis do webinar discutiu as indústrias elétrica, eletrônica e de telecomunicações. Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), destacou que a Lei de Informática (Lei 8.248/1991, atualizada pela Lei 13.969/2019) prevê um grande incentivo em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) que em muitos casos acaba não sendo revertido ao próprio país por conta dos atrasos e dificuldades do Ins-

tituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

Para um setor que tem um grande volume de investimento, me parece que estamos vivendo um contrassenso. Temos um incentivo para fazer pesquisa, desenvolvimento e inovação e, ao mesmo tempo, depois que se faz a pesquisa, muitas dessas empresas acabam levando os resultados para o exterior tendo em vista que as patentes no Brasil demoram tanto tempo para serem concedidas. O Brasil faz um investimento efetivo em P&D, mas depois acaba tendo de pagar royalties por aquilo que o próprio país gerou, explicou Barbato.

Levantamento da Abinee aponta que em 2020, o investimento em P&D nos institutos de Ciência e Tecnologia privados foi de R\$ 1,789 bilhão, dos quais R\$ 948 milhões foram oriundos da Lei da Informática.

Por mais incrível que possa parecer, nós estamos trazendo institutos do exterior e grandes empresas que instalam no Brasil seus institutos. Temos uma possibilidade de não desenvolvermos só para o mercado nacional. É um mercado que compete com institutos de desenvolvimento de grandes multinacionais, acrescentou Barbato.

Ainda de acordo com o presidente da Abinee, o que preocupa ainda mais é que as exportações da indústria brasileira retornaram ao patamar da pré-pandemia em 2021. O setor teve um crescimento real de 7% em 2021 com relação a 2020. O resultado é positivo, porém com desempenho pior nos setores de maior intensidade tecnológica. As exportações da indústria estão menos sofisticadas. Existe uma preocupação muito grande de que estejamos precarizando o que exportamos. É inaceitável o nível de vulnerabilidade que alguns setores da economia têm, a necessidade de ter semicondutores totalmente trazidos da China e Taiwan.

Continuação: Queda na industrialização alerta para necessidade de atualizar sistema de patentes

Segundo dados da Abinee, a participação dos bens de alta e média-alta intensidade tecnológica na pauta exportadora foi reduzida para 14,2% em 2021, abaixo dos 18,6% no período pré-pandemia. E o tempo médio de concessão de patentes para o setor é de 9,5 a 11,5 anos.

O produto eletroeletrônico é movido pela inovação. Nós pegamos 4% do faturamento dos bens ao ano via incentivo da legislação. Nós temos 33 institutos de P&D espalhados por todo o país fazendo desenvolvimento que compete com países da Ásia. Depois de gastar todo esse dinheiro, que acaba sendo ressarcido aos cofres públicos, acontece uma espera em média de 11,5 anos, afirmou Barbato. Quando uma patente for concedida depois de 11 anos, nós não estaremos mais discutindo 5G, estaremos no 8G, ironizou. Ou a gente consegue um sistema rápido ou nós jogamos dinheiro fora porque estamos fazendo pesquisa, mas pagamos royalties para o exterior porque registramos patente fora.

Renato da Fonseca, superintendente de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também destacou em sua apresentação os problemas enfrentados pela indústria brasileira.

Embora o Brasil tenha conseguido construir um parque industrial mais diversificado do que a média da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], nos últimos dez anos, todo o complexo que produz bens de consumo duráveis e bens de capital vem encolhendo. Não é só a indústria que está encolhendo, a participação do Brasil na indústria mundial de transformação está perdendo espaço. Principalmente nos produtos mais complexos que são os setores que mais exportam, contextualizou Fonseca.

O representante da CNI sugeriu melhorias e alinhamento entre três pontos: o já conhecido e amplamente discutido custo Brasil, implementação de políticas industrial e de inovação e melhoria da ges-

ção de empresas e capacitação de funcionários.

Estamos na agenda da indústria 4.0, mas no Brasil não resolvemos pontos da terceira e, em alguns casos, da segunda revolução industrial. É preciso uma política industrial, que podemos chamar de desenvolvimento produtivo, que infelizmente virou uma análise mais política do que econômica. Enquanto outros países estão nesse debate, caímos numa discussão dos anos 50, 60, com uma dicotomia acirrada, afirmou.

Fonseca também reforçou que a inovação é essencial para o crescimento. E ter um sistema de **propriedade** intelectual forte é garantir um ambiente favorável à inovação. P&D leva tempo e demanda investimentos elevados. Produzir um novo produto, no entanto, demanda menos investimento. Copiar é bem mais fácil do que inovar. Desse modo, sem poder de monopólio, haverá pouca inovação. Mas um monopólio não contestável tende a inovar menos. Por que vou colocar no mercado um telefone, por exemplo, se ninguém mais vai entrar para concorrer?

Otto Licks, um dos sócios fundadores do Licks Attorneys, ressaltou que é o sistema de patentes que permite que o consumidor lembre, por exemplo, da Samsung e da Apple como empresas relevantes do mercado de telefonia celular. Dentro desses produtos existe tecnologia Nokia. Essas marcas funcionam porque têm produtos de tecnologia Nokia que foram licenciados para Samsung e Apple. Esse sistema faz com que empresas que têm viés de P&D consigam se dedicar mais. A Nokia já licenciou 5G e está investindo em 6G agora. Enquanto empresas que têm capacidade de fabricar e distribuir pelo mundo todo, como Samsung e Apple, não investem tanto em P&D como a Nokia, mas têm produtos que agradam e chegam a consumidores de todo o mundo.

Os avanços da atual gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) para tentar resolver o gargalo no sistema de concessão de patentes no país foram elencados durante o webinar.

Continuação: Queda na industrialização alerta para necessidade de atualizar sistema de patentes

Esse seminário é importante porque recentemente tivemos a Estratégia Nacional de **Propriedade** Intelectual, aprovação do novo Plano Nacional de Combate à Pirataria e o Plano de Combate ao Backlog, que reduziu o acúmulo de número de pedidos de patentes. Infelizmente, também tivemos o corte de 50% no orçamento no Ministério da Economia e o **INPI** está dentro. O momento, agora, é de participarmos e influenciar nesse debate. Não podemos cortar o orçamento de inovação porque estamos cortando o futuro. É preciso ter inovação como prioridade, afirmou Fonseca.

Encerrando o painel, Carlos Eduardo Aboim, outro dos sócios fundadores do Licks Attorneys, afirmou que todas as evidências mostram que aqueles países que construíram um sistema de patente mais forte estão hoje bem mais desenvolvidos tecnológica e socialmente. Também destacou que, com produção de tecnologia em escala, o produto barateia.

Todo mundo lembra que os aparelhos mais antigos de celulares demoravam para chegar no Brasil e eram caros. Quando a produção é ampliada e a tecnologia

padronizada, há um aumento da oferta de serviços, que torna o produto mais barato, afirmou Aboim.

O advogado também comentou o julgamento da ADI 5.529 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou o parágrafo da Lei de Propriedade Industrial que garantia um prazo mínimo de vigência das patentes.

A Abinee mostrou no julgamento no Supremo que, se não houvesse a modulação da decisão, basicamente metade das patentes do setor eletroeletrônico seriam extintas. Naquele momento do julgamento, no ano passado, 24.575 pedidos de patentes do setor já estavam pendentes no **INPI** há mais de dez anos. É importante, depois dessa decisão, criar um mecanismo para compensação do requerente da patente pela demora na concessão, da mesma forma que existe em outros países.

**Julianna Granjeia**

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**  
3, 5

**Pirataria**  
3, 5

**Propriedade Intelectual**  
7, 11

**Patentes**  
7, 8, 10

**Marco regulatório | INPI**  
11